

Global Participações em Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Senhores Acionistas,

A Administração da Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Grupo Global teve seu início há mais de três décadas, em 1987, inicialmente dedicado à prestação de serviços de manutenção e montagens industriais. A partir de 2001, em meio à crise energética, expandiu suas operações para o desenvolvimento de negócios relacionados à geração de energia elétrica, desempenhando um papel significativo no avanço do setor no Norte e Nordeste. Naquela época conquistou seu primeiro leilão de energia, marcando o início de um período de crescimento exponencial.

A GPE atualmente controla onze empreendimentos, sendo nove termelétricas (UTES) e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade instalada de geração da ordem de 844 MW, todos autorizados pelo Poder Concedente:

- Duas usinas termelétricas, Potiguar e Potiguar III, contratadas por disponibilidade, em Macaíba, RN – Companhia Energética Potiguar (CEP), em estado de hibernação;
- Duas usinas termelétricas, Global I e Global II, contratadas por disponibilidade, em Candeias, BA – Companhia Energética Candeias (CEC);
- Três usinas termelétricas, Apoená, Guarani e Curumim, contratadas por disponibilidade, em Camaçari, BA – São Francisco Energia S.A. (SFE), em estado de hibernação;
- Uma usina termelétrica, Manauara, por arrendamento mercantil, em Manaus, AM – Companhia Energética Manauara (CEM);
- Uma usina termelétrica, Manaus I, em fase de construção com previsão de início de operação comercial em 31 de dezembro de 2026.
- Duas PCHs, Água Limpa Energia S/A (AGL) e Areia Energia S/A (ARE), contratadas no âmbito do PROINFA, localizadas no rio Palmeiras, em Dianópolis, TO.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Apesar do nível favorável dos reservatórios das usinas hidrelétricas e do aumento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível foram despachadas de forma intermitente ao longo de 2024 para atender ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) durante picos de demanda provocados por ondas de calor, especialmente em períodos de baixa geração das fontes renováveis.

A GPE possui algumas usinas que, até a data das presentes Demonstrações Financeiras, não tinham contratos formalizados para a venda de energia elétrica em 2024. As usinas em questão são:

- As UTEs Guarani, Apoena e Curumim da SFE.
- As UTEs Potiguar e Potiguar III da CEP

A GPE está realizando esforços para firmar novos contratos de venda de energia para as UTEs da SFE, mas não há garantia de que esses contratos serão concluídos com sucesso no curto prazo. As UTEs da CEP já estão com novos contratos assinados para venda de energia por quinze anos a partir de julho de 2026.

As usinas termelétricas com contrato estiveram disponíveis conforme os padrões contratuais estabelecidos.

- As UTEs Global I e Global II da CEC foram requisitadas pelo ONS e injetaram XX.XXX MWh (16.768 MWh em 2023).
- A UTE Manauara assegurou uma potência média de 61,80 MW (61,80 MW, em 2023) às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, em operação contínua, superando a disponibilidade contratual (60 MW), gerando e injetando no sistema 542.836 MWh (541.393 MWh, em 2023).

Contratada para o fornecimento exclusivo de energia firme à Eletronorte por vinte anos, no fim do contrato (2025) os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio desta, sem qualquer indenização. Em razão das obrigações e direitos estabelecidos no contrato, que, dentre outras condições, representa a transferência de riscos e benefícios relevantes, esta operação caracteriza-se como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

- As PCHs Água Limpa e Areia injetaram no sistema 140.735 MWh (141.598 MWh, em 2023), decréscimo em razão da significativa redução da energia natural afluyente.

As autorizações das PCHs para atuarem como Produtores Independentes de Energia (PIE) podem ser prorrogadas a pedido das Companhias. Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União ou poderá ser exigido que restabeçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Conforme prazos estabelecidos pela Resolução Normativa nº 696/2015 da ANEEL, em 2022 foi realizada a Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPS) das PCHs. Em 2024, o Plano de Segurança de Barragem da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, que emitiu o Relatório de Inspeção Regular (ISR) e o Relatório de Auscultação Civil, estando a situação do empreendimento conforme os padrões normativos, e realizou os simulados de evacuação interna e externa, seguindo os procedimentos descritos no Plano de Ação de Emergências da usina.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2024, apresentaram-se adequados aos requisitos dos contratos de financiamentos das empresas, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamentos no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2023, exceto quando especificado em contrário.

Observem-se a seguir os resultados de 2024 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2023:

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$525,1 milhões (R\$796,7 milhões, em 2023). Redução de 34,1%, explicada principalmente encerramento dos contratos das UTEs Guarani, Apoená e Curumim da SFE e UTEs Potiguar e Potiguar III da CEP.

Custos e despesas operacionais: R\$376,2 milhões (R\$429,9 milhões, em 2023). Registrando uma redução de 12,5% em 2024.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização – medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa): R\$221,8 milhões (R\$457,9 milhões em 2023), apresentando uma redução de 51,5%.

Lucro Operacional: R\$148,9 milhões (R\$366,8 milhões em 2023), registrando redução de 59,4%.

Lucro Líquido do Exercício: R\$218,4 milhões (R\$406,4 milhões, em 2023), com redução de 46,3%.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$580,9 milhões (R\$96,4 milhões em 2023), um aumento de 502,3% em relação a 2023. Variação positiva explicada pelo aporte de recursos de agentes financiadores da controlada CEA.

Contas a Receber: R\$86,7 milhões (R\$180,9 milhões em 2023), variação de 52,1%.

Capital de Giro: o Capital Circulante Líquido, R\$668,7 milhões (R\$223,3 milhões, em 2023), apresentou acréscimo de 199,4%, variação explicada principalmente, pelo aumento das disponibilidades.

Endividamento Consolidado: a dívida financeira líquida (financiamentos e mútuos das empresas, líquidos dos depósitos vinculados) atingiu R\$559,8 milhões (R\$33,3 milhões, em 2023). A evolução no endividamento líquido decorre da aquisição de empréstimos pela controlada CEA para a construção da UTE Manaus I.

Remuneração aos Acionistas (dividendos pagos pela controladora GPE): R\$228,7 milhões (R\$392,1 milhões, em 2023).

AGRADECIMENTOS

A Administração da GPE agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades vizinhas de suas empresas controladas pela confiança depositada no ano de 2024. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores, pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador, 24 de março de 2025.

Jones Aranha de Sá
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Participações em Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Taxas de depreciação utilizadas pela Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não utiliza taxas de depreciação com base em laudo de avaliação de vida útil-econômica para depreciação de seu ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nos saldos do imobilizado, do resultado do exercício e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2024.

Análise sobre o reconhecimento do passivo contingente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Companhia Energética Manauara (“CEM”), em 2023, depositou judicialmente o montante de R\$15.593 mil, entretanto ainda não finalizou a análise sobre o reconhecimento do respectivo passivo. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher nas demonstrações financeiras, assim como seus possíveis efeitos nas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Mensuração do valor justo do ativo financeiro

Conforme nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta no ativo não circulante consolidado o saldo de R\$48.000 mil relativo a debêntures adquiridas pela sua controlada Companhia Energética Potiguar e designadas a valor justo por meio do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, para 31 de dezembro de 2024, a Companhia não calculou o valor justo desse instrumento financeiro de acordo com as práticas contábeis. Dessa forma, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de “Outros ativos financeiros - debêntures” no ativo não circulante, assim como os possíveis efeitos nas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Continuidade operacional da Companhia Energética Candeias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que os contratos atuais de venda de energia serão encerrados em fevereiro de 2025, entretanto, em 21 de dezembro de 2021, a Companhia venceu o Leilão de Reserva de Capacidade (“Leilão”) no qual será comercializado 252,8 MW de energia elétrica como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. A participação no Leilão se deu por meio de mandado de segurança impetrado pela Companhia que foi deliberado a seu favor pelo Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão sobre embargos de declaração e adjudicação do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

Continuidade operacional da Companhia Energética Manauara

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que a totalidade da receita da controlada CEM é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Centrais Elétricas do Norte S.A., o qual será encerrado em maio de 2025, e a CEM possui expectativa de descontinuar a operação ao término do contrato. Esse evento indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

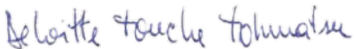
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais – R\$

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	11	580.879	96.441	Fornecedores	16	70	60	29.161	29.915
Contas a receber	7	-	-	86.703	180.857	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	3.749	33.321
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	25.676	62.386	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	8.027	7.051
Impostos a recuperar	8	115	2.177	11.310	12.247	Obrigações tributárias	19	294	460	10.958	13.260
Estoques	9	-	-	90.275	119.814	Imposto de renda e contribuição social a recolher		132	-	5.475	11.948
Dividendos e juros sobre capital próprio	17	56.936	40.120	-	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	80.391	117.577	88.897	126.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	22	-	-	14.190	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	22	-	-	-	2.590
Outras contas a receber	11	-	-	13.267	12.550	Adiantamento de clientes		-	-	-	25.791
Total dos ativos circulantes		<u>57.071</u>	<u>42.308</u>	<u>822.300</u>	<u>484.295</u>	Outras contas a pagar		-	-	7.346	6.927
						Total dos passivos circulantes		<u>80.887</u>	<u>118.097</u>	<u>153.613</u>	<u>257.651</u>
Não circulantes						Não circulantes					
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	4.443	-	Empréstimos e Financiamentos	18	-	-	560.457	-
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	-	21.202	Impostos diferidos		-	-	6.732	8.390
Impostos a recuperar	8	-	-	201	19.811	Provisão para processos judiciais	20	-	-	450	578
Impostos diferidos		-	-	11.616	12.156	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	132.766	74.178	132.766	74.178
Depósitos judiciais	20	-	-	17.366	17.232	Instrumentos Financeiros Derivativos	22	-	-	-	1.330
Outras contas a receber	11	2.412	1.502	2.412	1.502	Outras contas a pagar		-	-	9.982	5.658
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	7	10.097	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>132.766</u>	<u>74.178</u>	<u>710.387</u>	<u>90.134</u>
Investimentos	12	902.085	825.499	-	48.000	Patrimônio líquido		380.498	306.320	380.498	306.320
Outros ativos financeiros	14	-	-	48.000	48.000	Capital social		367.424	380.811	367.424	380.812
Imobilizado	13	-	-	814.753	548.695	Reservas de lucros		747.922	687.131	747.922	687.132
Intangível	15	-	-	9.638	10.313	Participação de acionistas não controladores		-	-	118.807	128.289
Total dos ativos não circulantes		<u>904.504</u>	<u>837.098</u>	<u>908.429</u>	<u>678.911</u>	Total do patrimônio líquido	21	<u>747.922</u>	<u>687.131</u>	<u>866.729</u>	<u>815.421</u>
						Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>961.575</u>	<u>879.406</u>	<u>1.730.729</u>	<u>1.163.206</u>
Total dos ativos		<u>961.575</u>	<u>879.406</u>	<u>1.730.729</u>	<u>1.163.206</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	24	-	-	525.066	796.708
Custos de operação e manutenção	25	-	-	(312.098)	(358.782)
Lucro bruto		-	-	212.968	437.926
Resultado de equivalência patrimonial	25	183.961	358.905	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(3.182)	(8.965)	(72.945)	(74.025)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	1.227	(356)	8.875	2.919
Lucro antes do resultado financeiro		182.006	349.584	148.898	366.820
Receitas financeiras	26	216	2	110.023	124.350
Despesas financeiras	26	(3)	(2.255)	(9.120)	(33.717)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>182.219</u>	<u>347.331</u>	<u>249.801</u>	<u>457.453</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(4.069)	(4.439)	(64.199)	(124.298)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	1.375	7.173
Incentivo fiscal do imposto de renda	23	-	-	31.419	66.043
Total		<u>(4.069)</u>	<u>(4.439)</u>	<u>(31.405)</u>	<u>(51.082)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>178.150</u>	<u>342.892</u>	<u>218.396</u>	<u>406.371</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		7,78	14,97		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				342.892	246.839
Acionistas não controladores				63.479	50.184
				<u>406.371</u>	<u>297.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	178.150	342.892	218.396	406.371
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>178.150</u>	<u>342.892</u>	<u>218.396</u>	<u>406.371</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			342.892	246.839
Acionistas não controladores			<u>63.479</u>	<u>50.184</u>
			<u>406.371</u>	<u>297.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Atribuível a controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		294.000	58.800	384.227	-	737.027	129.723	866.750
Integralização de Capital		12.320	-	-	-	12.320	-	12.320
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	342.892	342.892	63.479	406.371
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21	-	2.464	-	(2.464)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de 2022 (R\$1,23 por lote de mil ações)	21	-	-	(320.000)	-	(320.000)	(51.550)	(371.550)
Dividendos adicionais a pagar de 2022 (R\$0,37 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$2,14 por ação)	21	-	-	-	(85.107)	(85.107)	(10.355)	(95.462)
Juros sobre capital próprio (R\$0,41 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	(3.008)	(3.008)
Reserva de lucros	21	-	-	255.321	(255.321)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>306.320</u>	<u>61.264</u>	<u>319.548</u>	<u>-</u>	<u>687.132</u>	<u>128.289</u>	<u>815.421</u>
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	178.150	178.150	40.246	218.396
Integralização de Capital	21	74.178	-	-	-	74.178	-	74.178
Ganho de participação societária	21	-	-	-	-	-	152	152
Redução de Capital Controladas	21	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Destinação do lucro:								
Reserva legal		-	8.908	-	(8.908)	-	-	-
Dividendos adicionais pagos de 2022 (R\$6,14 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais a pagar de 2023 (R\$7,89 por lote de mil ações)	21	-	-	(149.227)	-	(149.227)	(37.464)	(186.691)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$2,14 por ação)	21	-	-	-	(42.311)	(42.311)	(10.392)	(52.703)
Juros sobre capital próprio (R\$0,41 por lote de mil ações)	21	-	-	-	-	-	(1.880)	(1.880)
Constituição de reserva de lucros	21	-	-	126.931	(126.931)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>380.498</u>	<u>70.172</u>	<u>297.252</u>	<u>-</u>	<u>747.922</u>	<u>118.807</u>	<u>866.729</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		178.150	342.892	218.396	406.371
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	25	-	-	72.943	90.589
Valor residual na baixa de ativo imobilizado		-	-	26	1.796
Variação cambial líquida não realizada		-	-	(78)	(8)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	18	-	-	390	15.494
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	189	3.131
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(306)	(100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	3	(6.989)
Provisão de risco judicial		-	-	(75)	-
Perda Instrumentos Financeiros Derivativo	22	-	-	(18.110)	3.920
Reversão do ajuste a valor presente	10	-	-	(4.474)	(8.806)
Perdas de participação societária		-	(449)	-	(449)
Ajuste da Equivalência Patrimonial		(1.228)	-	(1.228)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	25	(183.961)	(358.905)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	94.154	(35.620)
Arrendamentos a receber		-	-	62.386	62.485
Estoques		-	-	(20.223)	13.437
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.062	(2.177)	20.791	8.916
Outras contas a receber		(910)	9.486	(1.623)	51.309
Depósitos judiciais		-	-	(134)	(16.185)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		10	(39)	(12.756)	3.354
Impostos a recolher		(34)	1.951	3.300	50.436
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(5)	978	1.642
Provisão de contingências		-	-	(53)	(206)
Outras contas a pagar		-	-	28.709	(16.955)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas operações		(5.911)	(7.246)	443.205	627.562
Impostos de renda e contribuição social pagos					
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	(3.959)	(12.586)	(53.606)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.911)	(11.205)	416.039	557.624
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas		(159.969)	(58.686)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 15	-	-	(306.949)	(65.687)
Aplicações financeiras	6	-	-	(4.137)	6.363
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		-	-	-	11.116
Resgate de Ações		-	-	(144)	-
Dividendos recebidos		251.756	397.192	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		91.787	338.506	(311.230)	(48.208)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	578.010	144.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(33.231)	(307.026)
Custo de captação adicionado	18	-	-	(18.991)	(1.075)
Adiantamento para futuro aumento de capital		68.678	52.511	68.681	62.607
Aumento de capital social		74.178	12.320	64.086	12.320
Dividendos pagos	21	(228.723)	(392.129)	(278.926)	(462.175)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(85.867)	(327.298)	379.629	(551.349)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		9	3	484.438	(41.933)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	11	8	96.441	138.374
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	20	11	580.879	96.441
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		9	3	484.438	(41.933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Global Participações em Energia S.A. (“Companhia” ou “GPE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2024:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- Companhia Energética Candeias (“CEC”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as Unidades Termelétricas (UTE) Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Entrou em operação comercial em maio de 2010.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Macaíba, Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel.
- São Francisco Energia S.A. (“SFE”), sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoena, Guarani e Curumim, e detém autorização da Aneel, transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a SFE a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas Unidades Termoelétricas.
- Companhia Energética Amazonense (“CEA”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas, trata-se de uma SPE criada em função do 2.º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Energia (“LRCE”), realizado em 30/09/2022 e atualmente não possui atividade operacional. A UTE Manaus I dispõe do suprimento de gás local para o atendimento à sua geração e será instalada no município de Manaus, estado do Amazonas. Projetada para operar com duas turbinas a gás natural em ciclo combinado, com uma turbina a vapor e uma capacidade total instalada de aproximadamente 162,9MW.

- Companhia Energética Solimões (“CES”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador, Bahia, atualmente não possui atividade operacional, e aguarda participação em leilões futuros realizados pela Aneel.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2024:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Manaus, Amazonas. Iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e é uma UTE com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade de contingência, nos termos Resolução Autorizativa Aneel n.º 608, de 13 de junho de 2006.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, conforme estabelecido no contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos.

De acordo com as obrigações e direitos estipulados no contrato, a CEM é encarregada da operação e manutenção da usina, incluindo tanto as manutenções preventivas quanto corretivas. Além disso, é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração de energia. Por sua vez, a Eletronorte assume a responsabilidade pelo fornecimento do gás natural.

A Eletronorte também é encarregada de operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e garantir a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. Essa operação é caracterizada como arrendamento, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, devido ao prazo do contrato abranger a maior parte da vida econômica do ativo e à transferência da propriedade da usina ao final do contrato, com prévia notificação à Aneel.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. Entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho Aneel n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis, Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma PCH no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. Entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho Aneel n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da Aneel, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Para as PCHs, na ausência de prorrogação, os ativos e instalações associados à geração de energia elétrica serão transferidos para o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório. Alternativamente, pode ser requerido que a concessionária restaure, às suas próprias custas, o fluxo livre das águas. Para determinação do montante a ser indenizado, serão considerados os investimentos subsequentes aprovados e realizados, não contemplados no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme estipulado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia

As controladas ARE e AGL optaram por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o que implica compartilhar o risco hidrológico com outras usinas do sistema. No entanto, devido à sua inscrição e contratação no âmbito do Proinfra, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que por sua vez distribui os montantes relativos ao custo (se houver geração abaixo do contratado) ou receita (se houver geração acima do contratado) às empresas participantes. Essas controladas provisionam os valores mensalmente e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e ajustado nas faturas do ano subsequente.

1.2. Repactuação de Riscos Hidrológicos

De acordo com a Medida Provisória nº 688, convertida na Lei n.º 13.203 em dezembro de 2015, foi estabelecida a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 2015.

As controladas AGL e ARE optaram por aderir à repactuação do risco hidrológico em 2016, escolhendo transferir integralmente o risco hidrológico (“SP100”) ao consumidor, mediante pagamento de um prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia. Devido à adesão à repactuação em 2016, retroativa a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor (GSF) de 2015 e, simultaneamente, a contabilização do custo do prêmio desse ano.

Desde 2016, devido à falta de cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as controladas AGL e ARE provisionaram o saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Embora a Eletrobras tenha o direito de descontar o custo do MRE original de 2015 nas faturas emitidas posteriormente, esse desconto só começou em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio, considerando as provisões do MRE em 31 de dezembro de 2024, é de R\$1.369 (R\$6 negativo em 2023) para a ARE e R\$1.357 (-R\$103 em 2023) para a AGL. As retenções dos valores devidos começaram em 2019, e as controladas acompanham essas retenções com base na planilha de controle divulgada pela Eletrobras.

Em 2024, foram reconhecidos nos resultados das controladas os montantes de R\$1.260 (R\$1.208, 2023) para a ARE e R\$1.686 (-R\$1.618 em 2023) para a AGL, referentes à provisão de receita do MRE de 2023, contabilizados líquidos da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em julho de 2021, a Lei 14.182/2021 abordou a desestatização da Eletrobras e alterou a Lei 13.203/2015, permitindo a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015. Com base nesse novo marco legal, a CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$4.152 da ARE e de R\$5.565 da AGL. A Aneel homologou o cálculo da CCEE e o converteu em prazo de extensão de outorga (768 dias para a ARE e 754 dias para a AGL), para devida compensação, formalizado pela Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, as Controladas deveriam requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. Esses procedimentos foram realizados pelas Controladas em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à Aneel, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Embora a Aneel tenha homologado o valor calculado pela CCEE, as Controladas solicitaram à agência o recálculo do correspondente prazo de extensão de outorga motivadas pela alteração do termo final da autorização pela Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 em fevereiro. O pedido de reconsideração foi reconhecido pela Aneel pelo Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. A nova Resolução Homologatória (REH 3.242/2023) foi publicada apenas em agosto de 2023, com a consequente aprovação do novo termo final da autorização pela Resolução Autorizativa 14.896, de 10 de outubro de 2023.

Assim, as Controladas reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo, considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel, observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

1.3. Continuidade Operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração avalia a capacidade da Companhia de continuar operando e divulga, quando relevante, questões relacionadas à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a menos que haja intenção declarada de encerrar as operações e liquidar a Companhia e suas controladas.

A controlada indireta, Companhia Energética Manauara, possui contrato de arrendamento com a Eletronorte, com término em maio de 2025, quando está prevista a reversão de todos os ativos atrelados ao contrato de arrendamento (nota explicativa 1).

Em 21 de dezembro de 2021, as controladas diretas, CEC e CEP venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade, no qual comercializaram 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. Em 18 de outubro de 2024, através do Despacho nº 3.167, a Aneel habilitou Companhia. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento apenas da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia pode ser livremente negociada pelo agente, ou liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP), ao preço atualizado do CVU.

A controlada direta, SFE, suspendeu suas operações em janeiro de 2024 e aguarda um possível novo leilão.

Com base em sua análise, a Administração está convencida de que, apesar da redução significativa das operações a partir de 2025, continuará as operações e investimentos necessários nas controladas (exceto SFE e CEM), como também seguirá com o desenvolvimento de negócios, como a UTE Manaus I na CEA, e a prospecção de novas oportunidades no setor energético. Além disso, a Administração assegura que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores das operações com expectativa de encerramento, com base nas projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de março de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
1	Contexto Operacional - Continuidade Operacional
10	Arrendamentos CPC06 (R2)
11	Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos
14	Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (" <i>impairment</i> ")

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora GPE, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio de resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da controlada CEA. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamentos

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor, e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

Para as controladas AGL e ARE a depreciação acumulada é calculada substancialmente considerando o prazo de autorização como produtor independente.

Para as controladas CEM, CEC, CEP e SFE a depreciação acumulada é calculada com base nas seguintes taxas:

	<u>Taxas</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Montagens e instalações	5%

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso, e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$4.152 – ARE e R\$5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e Aneel e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. Este ativo está sendo amortizado à taxa de 4,08 % (4,85 %, em 2023) para ARE e 4,12% (4,89%, em 2023) para AGL, ao ano, até 2045 e não foi afetado pelo recálculo do prazo de extensão. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM gozam de benefício fiscal para investimento na Região Norte/Nordeste (SUDAM/SUDENE) para geração de energia, o que corresponde a uma redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Esse benefício tem uma vigência inicial de dez anos a partir de 2007, sendo renovável por igual período. As mencionadas controladas renovaram esses benefícios por mais 10 anos. O valor do incentivo fiscal é reconhecido como receita no resultado durante o período necessário para compensar a despesa que o benefício fiscal visa compensar. Posteriormente, esse valor é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido das empresas.

Além disso, as controladas SFE, CEP, CEC e CEM utilizam o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim.

Benefício fiscal do ICMS

A controlada CEP se beneficia do incentivo fiscal do ICMS/RN, que consiste em uma redução progressiva da alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica. Esse benefício permite que a alíquota, que é inicialmente de 18%, seja reduzida para 12% ou 7%, dependendo do volume mensal consumido. Essa disposição está prevista no Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), sendo incluída por meio do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas SFE, CEP, CEC e CEM, que são tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e de 9% para a CSLL sobre o lucro tributável. Essas alíquotas levam em consideração a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nos exercícios de 2024 e 2023, as controladas AGL e ARE optaram pelo lucro presumido como forma de apuração tributária. Para essas controladas, as alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL, aplicáveis sobre a receita bruta. Sobre essas bases, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, e de 9% para a CSLL, conforme determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

As receitas financeiras incorridas no período também fazem parte da base de cálculo do IRPJ e da CSLL para essas controladas, sem margem para redução de lucro, sendo aplicadas diretamente as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, e de 9% para a CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

O tributo diferido das controladas SFE, CEP, CEC e CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas controladas:

- a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas PCHs

A comercialização de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Regulado (ACR) ocorre como parte do Proinfa, onde o preço da energia é definido por licitação e reajustado anualmente pelo IGP-M. Os contratos Proinfa são firmados com a Eletrobras, que possui os volumes registrados na CCEE, responsável pela contabilização e liquidação do sistema elétrico nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre consumidores finais, proporcionalmente ao consumo.

As controladas ARE e AGL têm receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada, mas participam do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), compartilhando o risco hidrológico com outras usinas. As medições do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e contabilizadas pelas controladas e, ao final do ano, os saldos são ajustados nas faturas do ano subsequente.

A receita contábil é reconhecida com base nos valores faturados aos clientes conforme o contrato com a Eletrobras, somados aos ajustes financeiros do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- Receita com venda de energia: refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada). É reconhecida pelo princípio da competência, mas não se realiza se houver incerteza significativa sobre sua realização.

Para as termoelétricas

A medição contábil do volume de energia a ser faturado é resultado da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais do sistema, conforme informado pela CCEE.

A receita contábil é reconhecida com base nos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável.

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema elétrico nacional.

Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), conhecidos como balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os mecanismos explicados acima para as controladas CEP, CEC e SFE resultam em dois tipos de fluxos de receita:

- Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, proveniente do contrato de disponibilidade da usina. Corresponde ao valor de remuneração anual da estabelecido no leilão, que inclui a recuperação de alguns custos.
- Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo): refere-se à receita variável derivada da venda de energia em momentos específicos. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras conforme despacho da CCEE, e a receita é mensurada com base na contraprestação definida nos contratos com as distribuidoras.

Na controlada CEM

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, proveniente do contrato de disponibilidade da usina. Corresponde ao valor de remuneração anual apresentado no leilão, que inclui, a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.
- Receita com venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.

Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenants é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenants após o período de relatório.

Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e; CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> .
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Controladas	31/12/2024	31/12/2023
<i><u> Holding </u></i>			
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	Direta	89,6%	89,6%
<i><u> Pequenas centrais hidroelétricas (PCH) </u></i>			
Água Limpa Energia S.A.	Indireta	62,2%	62,2%
Areia Energia S.A.	Indireta	62,2%	62,2%
<i><u> Termoelétricas (UTE) </u></i>			
Companhia Energética Potiguar	Direta	89,0%	89,0%
Companhia Energética Candeias S.A.	Direta	89,0%	89,0%
Companhia Energética Manauara	Indireta	89,2%	89,2%
São Francisco Energia S.A.	Direta	89,0%	89,8%
Companhia Energética Amazonense	Direta	100%	100%
Companhia Energética Solimões	Direta	100%	100%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas diretas e indiretas foram eliminados na consolidação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	4	1	41.584	64
Aplicações financeiras de alta liquidez	16	10	539.295	96.377
Total	20	11	580.879	96.441

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 90% a 105,95% da remuneração do CDI (70% a 113,86% da remuneração do CDI em 2023).

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco da Amazônia S.A. - BASA (b)	4.443	-

Refere-se a aplicação financeira de longo prazo da controlada CEA, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme nota explicativa n.º 8, lastreadas em CDB remuneradas à taxa equivalente a 93% do CDI. Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros e os respectivos valores foram classificados no ativo não circulante.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	47.102	75.197
Valores a faturar	39.601	105.660
Total	<u>86.703</u>	<u>180.857</u>

Para as controladas CEM, AGL e ARE, os saldos a receber são, em sua totalidade, com a Eletronorte e a ENBPAR (Proinfa), sem valores vencidos, apenas valores a vencer em menos de dois meses.

Já para a controlada CEC os valores a receber correspondem à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade *spot*. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e os valores a vencer correspondem às faturas já emitidas, no prazo de vencimento.

O último bimestre de 2023 registrou um aumento no consumo de energia devido à onda de calor que atingiu o país, resultando em um significativo aumento nos valores a receber em comparação com 2024, devido ao despacho das usinas de geração flexível.

Após análises, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas, uma vez que os saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes setoriais, diminuindo o risco de crédito nas transações.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	-	-	-	1.792
CSLL	-	-	-	6.761
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	36	-
PIS sobre faturamento	-	-	410	224
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	165	-
COFINS sobre faturamento	-	-	6.590	2.365
ICMS a recuperar	-	-	30	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	115	2.177	3.487	19.445
Outros	-	-	793	1.471
Total	-	-	11.511	32.058
Circulante	115	2.177	11.310	12.247
Não circulante	-	-	201	19.811
Total	115	2.177	11.511	32.058

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se as retenções de recebimentos da Eletronorte, que são compensados com obrigações de tributos federais. Com base em projeções, a administração espera que todos os saldos de impostos a recuperar sejam compensados ao longo de 2025.

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Combustível	10.715	38.582
Almoxarifado de peças para manutenção	79.537	78.216
Outros estoques	23	3.016
Total	90.275	119.814

Embora tenha sido pouco solicitada a gerar em 2024, a controlada CEC mantém seu estoque de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

As controladas SFE, CEC e CEP realizam inventários e inspeções regularmente e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

10. ARRENDAMENTOS A RECEBER

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 1, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ano de vencimento</u>		
2024	-	62.386
2025	26.178	26.178
Subtotal	26.178	88.564
Ajuste ao valor presente	(502)	(4.976)
Total	25.676	83.588
Circulante	25.676	62.386
Não circulante	-	21.202
Total	25.676	83.588

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.267
Reversão de ajuste a valor presente	8.806
Baixa por realização	(62.485)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.588
Reversão de ajuste a valor presente	4.474
Baixa por realização	(62.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.676

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$4.474 (R\$8.806 em 2023).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (a)	2.412	-	2.412	-
Adiantamento a funcionários	-	-	28	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	4.261	2.391
Despesas antecipadas	-	-	6.148	3.353
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (b)	-	-	2.776	-
Reembolso na conversão dos motores - CPC48 (c)	-	-	-	5.944
Outras contas a receber	-	1.502	54	2.364
Total	2.412	1.502	15.679	14.052
Circulante	-	-	13.267	12.550
Não circulante	2.412	1.502	2.412	1.502
Total	2.412	1.502	15.679	14.052

- (a) Refere-se à busca por novos negócios visando garantir a continuidade operacional das atividades empresariais.
- (b) Corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia hidrelétrica. Quando uma das geradoras não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, e o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Em 2020, as controladas AGL e ARE registraram um balanço positivo das operações do MRE, Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, resultando em uma receita na rubrica "MRE". Esses valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas iguais, atualizadas pelo IPCA.
- (c) A Companhia registrou todos os custos da conversão dos motores e reconheceu um crédito relativo ao reembolso da CCC.

12. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	Data base	Quantidade de ações	Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
		106.002.00					
TEP Termoelétrica Potiguar	31/12/2024	0	89,6%	106.002	160.668	(182.708)	103.466
Companhia Energética Candeias	31/12/2024	51.426.993	89,0%	135.771	391.217	(75.548)	98.922
Companhia Energética Potiguar	31/12/2024	37.554.721	89,0%	41.693	163.157	(9.727)	8.428
São Francisco Energia S.A. Companhia Energética	31/12/2024	3.000.000	89,0%	3.000	46.919	(32.550)	(16.123)
Amazonense	31/12/2024	230.000.000	100,0%	218.655	222.970	-	10.066
Companhia Energética Solimões	31/12/2024	100.000	100,0%	10	3	-	(3)
TEP Termoelétrica Potiguar	31/12/2023	106.002.000	89,6%	106.002	239.910	(105.635)	153.771
Companhia Energética Candeias	31/12/2023	51.426.993	89,0%	135.771	366.465	(144.251)	95.449
Companhia Energética Potiguar	31/12/2023	37.554.721	89,0%	41.913	164.456	(16.140)	25.824
São Francisco Energia S.A. Companhia Energética	31/12/2023	3.000.000	89,0%	3.000	95.592	(118.449)	133.649
Amazonense	31/12/2023	58.686.188	100,0%	58.686	52.935	-	(5.750)
Companhia Energética Solimões	31/12/2023	100.000	100,0%	10	5	-	(5)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	TEP	CEC	CEP	São Francisco	Camaçari RJ	CEA	CES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	171.834	369.588	137.747	71.545	(442)	9	-	750.281
Integralização de capital	-	-	-	-	-	58.676	10	58.686
Perda de participação societária	-	-	-	-	442	-	-	442
Resultado de equivalência patrimonial	137.780	84.950	22.983	118.948	-	(5.750)	(5)	358.906
Dividendos recebidos	(94.648)	(128.383)	(14.365)	(105.420)	-	-	-	(342.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	214.966	326.155	146.365	85.073	-	52.935	5	825.499
Integralização de capital	-	-	-	-	-	159.969	-	159.969
Reconhecimento do benefício Sudene 2022	-	1.226	-	-	-	-	-	1.226
Resultado de equivalência patrimonial	92.705	88.041	7.501	(14.349)	-	10.066	(3)	183.961
Dividendos recebidos	(163.707)	(67.238)	(8.657)	(28.970)	-	-	-	(268.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>143.964</u>	<u>348.184</u>	<u>145.209</u>	<u>41.754</u>	<u>-</u>	<u>222.970</u>	<u>2</u>	<u>902.083</u>

13. IMOBILIZADO

	Consolidado											
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento de fornecedor e Almoxarifado	Imobilizado em curso	Capitalização de juros	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	4,34%(*)	4,16%(*)	10%	8,26%(*)	4,37%(*)	20%	(a)	-	20%	20%		
<u>Custo corrigido</u>												
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.547	289.605	2.305	725.123	97.228	3.314	35.336	605	-	176	3.831	1.173.070
Adições	35	-	30	337	-	224	38.689	25.873	-	243	196	65.627
Baixa	-	-	(7)	(16)	-	(84)	-	(1.759)	-	(65)	(2)	(1.933)
Transferências	-	7	3	155	-	14	-	(179)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.582	289.612	2.331	725.599	97.228	3.468	74.025	24.540	-	354	4.025	1.236.764
Adições	-	19	149	435	-	243	190.793	127.138	19.098	137	27	338.039
Baixa	-	-	(24)	(168)	-	(85)	-	(15)	-	-	-	(292)
Transferências	-	29	14	(21)	-	24	-	(52)	-	-	6	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.582	289.660	2.470	725.845	97.228	3.650	264.818	170.709	19.098	491	4.058	1.574.511
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(689)	(102.478)	(1.635)	(441.868)	(50.804)	(2.267)	-	-	-	(146)	(1.939)	(601.826)
Adições	(32)	(11.937)	(221)	(70.311)	(2.404)	(388)	-	-	-	(58)	(1.029)	(86.380)
Baixa	-	-	-	1	-	80	-	-	-	55	1	137
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(721)	(114.415)	(1.856)	(512.178)	(53.208)	(2.575)	-	-	-	(149)	(2.967)	(688.069)
Adições	(27)	(11.136)	(169)	(57.885)	(2.022)	(388)	-	-	-	(60)	(268)	(71.955)
Baixa	-	-	17	183	-	66	-	-	-	-	-	266
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(748)	(125.551)	(2.008)	(569.880)	(55.230)	(2.897)	-	-	-	(209)	(3.235)	(759.758)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	14.834	164.109	462	155.965	41.998	753	264.818	151.611	19.098	282	823	814.753
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	14.861	175.197	475	213.421	44.020	893	74.025	24.540	-	205	1.058	548.695

(*) As controladas AGL, ARE e SFE realizam o cálculo da depreciação acumulada por meio das taxas que levam em conta a vida útil dos bens desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente e/ou contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas por laudo emitido pela vida útil econômica dos seus ativos.

a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8. O adiantamento a fornecedores refere-se substancialmente a compra de equipamentos essenciais para o funcionamento da controlada CEA, incluindo a unidade turbogeradora a vapor.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Administração estimou o valor recuperável das UGCs em 2024. Os valores recuperáveis foram estimados com base no seu valor em uso, assumindo o prazo do novo contrato após sucesso Leilão de Reserva de Capacidade.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável de cada UGC era como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	Valor recuperável
UTE CEC	254.088	593.306
UTE CEP	33.180	251.365
UTE Manaus I	400.472	1.292.740

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

14. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
C2 Participações e Investimentos S.A.	<u>48.000</u>	<u>48.000</u>
Total	<u>48.000</u>	<u>48.000</u>

Em 2 de dezembro de 2022, a CEP adquiriu 48.000 debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e vencimento de 2 de dezembro de 2042. A escritura de debêntures não estabelece remuneração ao debenturista (Controlada CEP) e prevê a conversão em ações ordinárias da C2 Participações e Investimentos S.A. a partir de 120 meses da data de emissão, à opção do emissor ou a qualquer tempo por opção do debenturista. Havendo a conversão, a CEP passaria a deter ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, representando 21% do total do capital social. A CEP reconheceu essa operação no ativo não circulante e classificou como ativo financeiro.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	2.755	(2.643)	112	70
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.787)	10	133
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.728)	1.372	1.567
	8,1% e				
Direito das autorizações	8,3%	9.717	(1.573)	8.144	8.543
Direito de contratos - clientes	7,3%	654	(654)	-	-
Total		<u>19.023</u>	<u>(9.385)</u>	<u>9.638</u>	<u>10.313</u>

A movimentação do intangível está assim apresentada:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.923
Adições	60
Amortização	<u>(3.670)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.313
Adições	83
Amortização	<u>(758)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>9.638</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 14.896/2023, está sendo amortizado à taxa de 4,12%a.a. (4,89%a.a. em 2023) para AGL e 4,08%a.a. (4,85%a.a. em 2023) para ARE, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2045. Ver nota explicativa n.º1 para mais informações.

Na controlada CEC, os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão foi totalmente amortizado em 2024 a uma taxa de 15,03% ao ano.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	-	-	-	529
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	-	97	846
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	3.047	3.063
Engenharia São Patrício	-	-	116	-
Fairfax Brasil Seguros	-	-	725	-
Global Engenharia Ltda (b)	-	-	3.413	5.603
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	-	2.148	4.125
Simple Energy Comercializadora S.A.	-	-	-	1.770
Vibra Energia S.A.	-	-	-	645
Wiechetek Engenharia Eletrica	-	-	-	3.465
Wartsila (Brasil e Filandia)	-	-	2.552	4.994
Arcoma da Amazônia	-	-	1.051	-
CCRG Equipamentos	-	-	6.522	-
Ruhrpumpen do BRASIL	-	-	1.275	-
Outros fornecedores	70	60	8.215	4.875
Total	<u>70</u>	<u>60</u>	<u>29.161</u>	<u>29.915</u>

(a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 15 de maio de 2045 (AGL) e 19 de agosto de 2015 (ARE).

(b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção (O&M) da usina, conforme NE 17.

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (a)</u>				
Companhia Energética Candeias	2.697	7.565	-	-
TEP Termoelétrica Potiguar S.A.	54.239	32.555	-	-
Total	<u>56.936</u>	<u>40.120</u>	-	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (b)</u>				
Companhia Energética Amazonense	-	10.092	-	-
Companhia Energética Solimões	7	5	-	-
Jones Aranha de Sá	<u>(132.766)</u>	<u>(74.178)</u>	<u>(132.766)</u>	<u>(74.178)</u>
Total	<u>(132.759)</u>	<u>(64.081)</u>	<u>(132.766)</u>	<u>(74.178)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento de Serviços				
Global Engenharia LTDA	-	-	3.413	5.603
Total	-	-	3.413	5.603
Transações				
RPE - Produtora de Energia Elétrica (c)	-	150	-	-
Global Engenharia Ltda. (d)	-	-	(58.225)	(37.378)
	-	150	(58.225)	(37.528)

- (a) Refere-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber das controladas.
- (b) Refere-se ao instrumento particular sem encargos financeiros de adiantamento para futuro aumento de capital recebido pelo acionista ou pago a controlada durante o ano de 2024.
- (c) Refere-se aos valores emprestados nas controladas AGL e ARE de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia, com vencimento em 14/11/2023.
- (d) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção - O&M das usinas CEP, CEC e SFE.

Remuneração de dirigentes

A Companhia não remunera seus administradores, por política, a remuneração ocorre pelas controladas do grupo.

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	31/12/2024	31/12/2023
Banco da Amazônia S.A. (a)	418.403	-
SUDAM (b)	164.459	-
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	-	33.510
(-) Custos de transação	(18.656)	(189)
Total	564.206	33.321
Circulante	3.749	33.321
Não Circulante	560.457	-
Total	564.206	33.321

- (a) Em 27 de março de 2024, foi celebrado o contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor de R\$500.000, com primeiro desembolso em 15 de julho de 2024 no valor de R\$163.731 e segundo desembolso em 27 de agosto de 2024 no valor de R\$252.906, e saldo remanescente previsto para o segundo semestre de 2025. O financiamento está sujeito a juros fixos de 6,1486% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.013, de 28/04/2022, com bônus por adimplência de 15%. As amortizações ocorrerão mensalmente a partir de maio de 2028.

Garantias

- I) Carta(s) de Fiança Bancária, garantindo 100% do crédito concedido, proporcionalmente à participação do FIADOR no montante total de R\$500.000
 - II) Constituição de Conta Reserva, a partir de julho de 2027, no valor de R\$30.000, com saldo mínimo equivalente a 6% (seis por cento) do valor liberado. Esse saldo será formado com depósitos mensais de 1/6 do valor total, até a liquidação integral das obrigações.
- (b) Em 28 de junho de 2024, foi assinado o contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$499.811, com primeiro desembolso em 25 de outubro de 2024 no valor de R\$161.372, com saldo remanescente a ser desembolsado até dezembro de 2026. O financiamento tem incidência de juros fixos de 5,0235% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do CMN n.º 4.960, de 21/10/2021. As amortizações ocorrerão semestralmente a partir de junho de 2028.

Garantias

- I) Alienação fiduciária de ações da Financiada (“Alienação Fiduciária de Ações”), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
 - II) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Financiada no âmbito do Projeto (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”), conforme Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e
 - III) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presente e futuros, da Financiada no âmbito:
 - (i) Dos contratos do projeto;
 - (ii) dos recursos de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas, bem como as aplicações e investimentos deles decorrentes e vinculados;
 - (iii) dos Seguros do projeto;
 - (iv) de quaisquer outras receitas da Financiada relacionadas ao Projeto, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
- (c) Em 25 de outubro de 2021, na controlada CEC, foi assinado o contrato de emissão referente a 144.000 debêntures, emitidas na 6.ª emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$144.000 com vencimento em 05 de março de 2024, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,20% ao ano. A dívida foi quitada no prazo contratual.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	419.315
Captação de empréstimos	144.000
Juros e variações monetárias provisionadas	15.494
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(16.332)
Pagamento dos custos de captação	(1.075)
Amortização dos custos de captação	3.131
Transferências	(224.186)
Pagamentos de principal	<u>(307.026)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.321
Captação de empréstimos	578.010
Juros e variações monetárias provisionadas	19.153
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(14.580)
Pagamento dos custos de captação	(18.991)
Amortização dos custos de captação	524
Transferências	-
Pagamentos de principal	<u>(33.231)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>564.206</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>
2028	48.545
2029 em diante	<u>511.912</u>
Total	<u>560.457</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

A partir de 2027, o contrato inclui cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento, conforme apresenta ao seguir:

ICSD Conclusão Financeira	no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.
ICSD Dividendos	no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027
ICSD Mínimo	no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS serviços de terceiros	-	-	1.566	684
PIS - Programa de integração social	52	82	654	1.462
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	241	376	3.062	6.747
ICMS e DIFAL	-	-	4.759	3.553
Outros tributos a recolher	1	2	917	814
Total	294	460	10.958	13.260
Circulante	294	460	10.958	13.260
Total	294	460	10.958	13.260

20. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos consultores legais.

- a) Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

Consolidado

Provisão Para processos Judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	784
Adições (Reversões)	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	578
Adições (Reversões)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>450</u>

- b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis (*)	20.274	300
Processos trabalhistas	1.416	689
Processos tributários	1.274	1.429
	<u>22.964</u>	<u>2.418</u>

- (*) Processo Administrativo 48536.005006/2024-00 sobre cobrança administrativa dos encargos moratórios pela CCC para que a controlada CEM devolva o montante de R\$18.936.642,41, atualizado pelo IPCA de setembro de 2023, referente ao reembolso realizado a maior pela CCC à geradora, no período de julho/2009 a abril/2017.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados. O saldo dessa conta corresponde substancialmente a um Mandado de Segurança Preventivo com Pedido Liminar no valor de R\$15.593, impetrado contra ato do Delegado da RFB em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre o valor recebido pela Companhia, referente aos juros de mora e correção monetária, em relação ao processo judicial nº 0046663-52.2011.8.07.0001.

Consolidado

Depósitos Judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.047
Adições (Reversões)	16.185
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.232
Adições (Reversões)	134
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.366

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$380.498 (R\$306.320 em 2023) está representado por 22.898.123 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	95,64%
Jones Aranha de Sá	998.396	4,36%
Total	22.898.123	100%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$8.908 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.464 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou em 2024 da conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$126.931 (R\$255.321 em 31 de dezembro de 2023) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de reservas de lucros inferior ao capital social, dispensando a obrigatoriedade da assembleia de deliberar sobre aplicação desse recursos.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	178.150	342.892
Média ponderada de ações em circulação no período	<u>22.898</u>	<u>22.898</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>7,780</u></u>	<u><u>14,975</u></u>

Dividendos

A Companhia adota a política contábil de registrar os dividendos e juros sobre capital próprios recebidos no fluxo de caixa das atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	178.150	342.892
Reserva legal	(8.908)	(2.464)
Base para dividendos	<u>169.242</u>	<u>340.428</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>42.311</u></u>	<u><u>85.107</u></u>

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2024 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2024</u>			
RCA de 2 de fevereiro de 2024	Dividendos adicionais exercícios anteriores	64.227	2,805
AGOE de 23 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	85.107	3,717
RCA de 25 de setembro de 2024	Dividendos intermediários	85.000	3,712

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2023</u>			
RCA de 1 de março de 2023	Dividendos Intermediários 2021	140.000	6,114
RCA de 28 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 2022	180.000	7,861
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo dividendos a pagar 2022		104.598	119.476
Dividendos propostos referente a 2022		320.000	379.935
Juros sobre capital próprio		-	3.152
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	(473)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023		85.107	86.934
Dividendos pagos		<u>(392.129)</u>	<u>(462.175)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023		117.576	126.849
Dividendos propostos referente a 2023		149.228	173.917
Dividendos Intermediários 2024		-	16.186
Juros sobre capital próprio		-	1.972
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	(295)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024		42.311	49.195
Dividendos pagos		<u>(228.724)</u>	<u>(278.926)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024		<u>80.391</u>	<u>88.898</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	14.190	-
Total	<u>14.190</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	-	3.920
Total	<u>-</u>	<u>3.920</u>
Circulante	14.190	2.590
Não Circulante	-	1.330
Resultado	<u>18.110</u>	<u>(3.920)</u>

Em julho de 2023, a controlada CEA firmou contrato com a Siemens para compra de turbinas no valor de US\$60.223 (equivalente a R\$285.511, considerando a taxa de câmbio de 31 de julho de 2023). Na mesma ocasião, foi realizado o primeiro adiantamento contratual no montante de R\$38.576. Para mitigar a exposição cambial do saldo remanescente, foram celebrados Contratos de Negociação de Termo de Moeda no montante de US\$34.662 (R\$165.278, valor convertido conforme os contratos), com vencimento final em 30 de julho de 2025. O resultado dessa operação é transitório, representando o ganho ou perda estimada na data das demonstrações. Com a alta do dólar a perda estimada em 2023 (R\$3.920) foi revertida gerando uma expectativa de ganho em 2025 de R\$14.190. Considerando a reversão do ano anterior mais a expectativa de ganho na data de encerramento do balanço o efeito no resultado é de R\$18.110, conforme resumo abaixo:

Resumo da Movimentação no Resultado

31/12/2024		31/12/2023	
Expectativa de Ganho na liquidação	14.190	Expectativa de Ganho na liquidação	-
Expectativa de Perda na liquidação	-	Expectativa de Perda na liquidação	(3.920)
Reversão expectativa de Perda	3.920	Reversão expectativa de Perda	-
Resultado	<u>18.110</u>	Resultado	<u>(3.920)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	182.219	347.331	249.801	457.453
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(61.954)	(118.093)	(84.932)	(155.534)
Diferenças temporárias e permanentes				
Adições	-	-	-	(8.214)
Exclusões	-	-	6.275	4.457
Resultado de Equivalência Patrimonial	62.547	122.028		
Juros sobre capital próprio	(5.170)	(8.374)	670	17.170
Demais adições e exclusões	508	-	(5.804)	7.586
Impostos correntes sobre lucro real	(4.069)	(4.439)	(83.791)	(134.535)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	38.505	19.128
Imposto de renda e contribuição social	(4.069)	(4.439)	(64.199)	(124.298)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	31.419	66.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.375	7.173
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(4.069)</u>	<u>(4.439)</u>	<u>(31.405)</u>	<u>(51.082)</u>
Alíquota Efetiva	-2.23%	-1.28%	-12.57%	-11.17%

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia (a)	249.227	214.038
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	382.034	724.718
Mecanismos de realocação de energia - MRE	2.695	(109)
Deduções de venda		
Cancelamentos	(553)	(2.489)
PIS	(10.701)	(15.811)
COFINS	(49.293)	(72.839)
ICMS	(42.807)	(42.515)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(5.536)	(8.285)
Total	<u>525.066</u>	<u>796.708</u>

- (a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada ao longo do tempo, representando uma receita fixa reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, abrangendo a recuperação de vários custos, como investimento, custos de conexão e uso do sistema, consumo de insumos e/ou combustível, operação e manutenção da usina, seguros, garantias, tributos e encargos necessários à execução dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(23)	(11)	(38.249)	(33.020)
Depreciação e amortização	-	-	(72.943)	(90.589)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(30.000)	(63.048)
Custos com manutenção e operação	-	-	(204.505)	(201.883)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-
Custos e despesas com seguros	-	-	(4.981)	(6.122)
Despesas com viagens e comunicações	(484)	(1.303)	(2.081)	(3.133)
Serviços de terceiros	(3)	(18)	(6.019)	(6.259)
Assessoria e consultoria	(956)	(6.829)	(14.778)	(21.410)
Tributos	(1.450)	(38)	(1.959)	(1.132)
Resultado de equivalência patrimonial	183.961	358.905	-	-
Outras (despesas) receitas	961	(1.122)	(653)	(3.292)
Total	<u>182.006</u>	<u>349.584</u>	<u>(376.168)</u>	<u>(429.888)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	(23)	-	(312.098)	(359.321)
Resultado de equivalência patrimonial	183.961	358.905	-	-
Despesas gerais e administrativas	(3.159)	(8.965)	(68.428)	(73.486)
Outras receitas operacionais. Líquidas	1.227	(356)	8.875	2.919
Total	<u>182.006</u>	<u>349.584</u>	<u>(376.168)</u>	<u>(429.888)</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	16	2	13.676	8.909
Depósito Vinculado	-	-	306	-
Atualização Saldo Crédito Habilitado				
PIS/COFINS	-	-	7.427	2.544
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	-	-	26
PIS e COFINS sobre receita financeira	(10)	-	(2.222)	-
Correção Receita Financeira Leasing - CPC				
06 (a)	-	-	4.474	8.806
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	49.069	52.245
Variações cambiais positivas (c)	-	-	31.789	158
Outras receitas financeiras. Líquidas	210	-	5.504	909
Atualização Saldo Recebido CCC (d)	-	-	-	50.753
Subtotal	<u>216</u>	<u>2</u>	<u>110.023</u>	<u>124.350</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre				
empréstimos e financiamentos	-	-	(389)	(15.495)
Amortização de custo de captação	-	-	(189)	(3.131)
Juros sobre contrato de mútuo	-	-	-	(176)
Variações cambiais negativas	-	-	(6.981)	(1.582)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.920)
Outras despesas financeiras. Líquidas	(3)	(2.255)	(1.561)	(9.413)
Subtotal	<u>(3)</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(9.120)</u>	<u>(33.717)</u>
Total	<u>213</u>	<u>(2.253)</u>	<u>100.903</u>	<u>90.633</u>

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- (c) Variação em relação ao exercício anterior aconteceu substancialmente pelo registro contábil do Passivo sobre instrumentos derivativos conforme NE 22.
- (d) Refere-se ao ganho da ação judicial movida pela Companhia contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas a combustível

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora		Consolidado				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023		Nível
	CA	CA	CA	VJR	CA	VJR	
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	20	11	518.434	62.445	56.898	39.543	I
Depósito Bancário Vinculado	-	-	4.443	-	-	-	I
Contas a receber de clientes e outros	-	-	86.703	-	180.857	-	I
Arrendamento Mercantil a Receber	-	-	-	25.676	-	-	I
Dividendos a Receber	56.936	40.120	-	-	-	-	I
Ativos Financeiro - Debentures	-	-	-	48.000	-	48.000	I
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	14.190	-	-	I
Outras contas a receber	2.412	1.502	15.675	-	11.661	83.588	I
Total	59.368	41.633	625.255	150.311	249.416	171.131	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023		
Passivos financeiros	CA	CA	CA	VJR	CA	VJR	Nível
Fornecedores	70	60	29.161	-	29.916	-	I
Empréstimos e financiamentos	-	-	564.206	-	-	33.321	I
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	3.920	I
Dividendos a Pagar	80.391	117.577	88.897	-	126.848	-	I
Outros passivos	-	-	67.086	-	13.126	22.000	I
Total	80.461	117.637	749.350	-	169.890	59.241	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração, junto ao Conselho de Administração, é responsável por estabelecer e monitorar a estrutura de gerenciamento de risco. Isso envolve a definição de políticas, limites de risco e controles adequados, além do monitoramento contínuo dos riscos e da aderência aos limites estabelecidos. As políticas e procedimentos são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades das empresas.

A Companhia e suas controladas mantém normas e procedimentos de treinamento para seus funcionários, visando criar um ambiente de disciplina e controle, no qual todos compreendam suas responsabilidades e obrigações.

A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, garantindo a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos associados aos instrumentos financeiros não derivativos, mas não são afetadas por eles. Esses riscos incluem:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e

- Risco de Mercado.

Risco de crédito

É o risco gerado quando a Companhia e suas controladas enfrentam a possibilidade de perdas financeiras devido à falha de um cliente ou contraparte em cumprir suas obrigações contratuais.

Esse risco é mitigado por meio da análise da situação financeira e patrimonial dos clientes e contrapartes, além do acompanhamento das posições em aberto. Embora exista uma concentração de contas a receber e receitas provenientes dos clientes, a Companhia e suas controladas consideram os riscos de inadimplência por parte desses clientes como baixos. Em relação às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas apenas conduzem operações com aquelas avaliadas como de baixo risco por agências de rating.

Além disso, a Companhia e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e até o momento não identificaram exposição significativa ao risco de crédito. Quaisquer saldos vencidos e não recebidos são mitigados por meio de contratos de garantias financeiras. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, que distribui a inadimplência entre os participantes do setor de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo Poder Concedente, reduzindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez envolve a possibilidade de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento, seja por meio de pagamentos em dinheiro ou por meio de ativos financeiros. Para gerenciar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam uma abordagem que visa garantir liquidez adequada para honrar suas obrigações, tanto em condições normais quanto sob estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou comprometer sua reputação.

A gestão da liquidez inclui a elaboração de previsões de fluxo de caixa e o monitoramento contínuo das exigências de liquidez. Essas previsões consideram os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa da empresa, garantindo que haja caixa disponível suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas por um período mínimo de sessenta dias, excluindo eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*), relacionadas a indicadores financeiros e de geração de caixa. Essas cláusulas são monitoradas regularmente para garantir que não restrinjam indevidamente as operações da empresa.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Passivos financeiros	2025	2028 em diante
Fornecedores	29.161	-
Empréstimos e financiamentos	-	564.206
Dividendos à pagar	88.897	-
Outras contas a pagar	67.086	-
Total	185.144	564.206

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de que mudanças nos preços de mercado, como taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O gerenciamento desse risco visa controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de limites aceitáveis, ao mesmo tempo em que busca otimizar o retorno.

Este risco deriva da possibilidade de a Companhia e suas controladas enfrentarem perdas ou ganhos devido às flutuações cambiais que impactam o resultado financeiro, especialmente relacionadas à aquisição de peças em moedas estrangeiras.

Taxa de câmbio:

Esse risco decorre das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras, que podem resultar em perdas devido a compromissos em moeda estrangeira. A controlada CEA possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. Para mitigar esse risco, foram assinados Contratos de Negociação de Termo de Moeda. Em 2023, as controladas registraram uma variação cambial líquida negativa consolidada de R\$5.344 (negativa em 2022, de R\$2.039).

Taxa de juros:

Esse risco decorre das flutuações nas taxas de juros, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou diminuir a receita financeira de aplicações. Para mitigá-lo, a Companhia e suas controladas negociam empréstimos e financiamentos buscando taxas de juros condizentes com o retorno esperado do negócio. Além disso, centralizam seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Bancário (CDI) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros:

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2024, considerando uma variação de 10%. Essa análise assume que o valor do instrumento financeiro permaneceu aberto durante todo o exercício seguinte e obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2023. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada internamente para apresentar os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração. Essa taxa corresponde à avaliação da Administração sobre as possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

	CDI em 31/12/24	Variação de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
Saldo de aplicação financeira			
543.738	12,15%	10,94%	(6.606)

Gestão do capital

Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia e suas controladas monitoram o capital por meio de índice de alavancagem, que é representado pela dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas incluem na dívida líquida os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos, financiamento e debêntures sujeitos a juros	-	-	564.206	33.321
Fornecedores	70	60	29.161	38.984
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(20)</u>	<u>(11)</u>	<u>(580.879)</u>	<u>(96.441)</u>
Dívida líquida	50	49	12.488	(24.136)
Patrimônio líquido	<u>747.922</u>	<u>687.131</u>	<u>866.729</u>	<u>815.420</u>
Índice de alavancagem	0%	0%	1%	-3%

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

A controlada mantém um contrato bilateral com a Eletronorte para o fornecimento do que é classificado como arrendamento. Embora a CEM não tenha proteção específica para esse tipo de risco, entende que qualquer alteração no contrato atual exigirá a anuência de ambas as partes.

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do Proinfa com a Eletrobras. A Companhia não possui proteção específica para esse tipo de risco, mas entende que qualquer alteração no contrato atual exigirá a anuência de ambas as partes, bem como a aprovação do órgão regulador Aneel.

Para CEC

Existem contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), na modalidade *spot*. A Companhia não possui proteção específica para esse tipo de risco, mas entende que qualquer alteração no contrato atual exigirá a anuência de ambas as partes, bem como a aprovação do órgão regulador Aneel.

Quanto à escassez de combustível

CEM: A geração de energia pela CEM ocorre por meio de Usinas Térmicas a Gás Natural (UTE). A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, e a CEM apenas consome esse gás para a geração de energia. Como a responsabilidade pelo fornecimento de combustível recai sobre a Eletronorte, a CEM não considera haver riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas nesse sentido.

CEP e CEC: As controladas possuem contratos de promessa de compra e venda para a comercialização de óleo diesel (CEP) e óleo combustível (OCB1) (CEC) com a Vibra (ex-Petrobras Distribuidora S.A.). Esses contratos são firmados em caráter de exclusividade e têm vigência igual aos contratos de fornecimento de energia. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma contínua, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), sujeitando-se a penalidades (multas) caso não atenda ao volume requisitado. As Companhias não identificam riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas nesse cenário.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE adotam medidas para mitigar os riscos associados:

- Adesão ao MRE: um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica. Esse mecanismo permite que, em caso de uma das geradoras não conseguir suprir a energia contratada devido à escassez hídrica, o consórcio forneça a energia complementar necessária. Além disso, o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.
- Repactuação do Risco Hidrológico: Em 2016, as controladas repactuaram o risco hidrológico, transferindo para o consumidor o risco de escassez hídrica mediante o pagamento de um prêmio de risco.

Considerando essas medidas, as controladas AGL e ARE entendem que não há riscos associados em 2024 devido ao saldo positivo resultante das estratégias adotadas para lidar com a escassez de chuva.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2023, a Companhia assinou Contratos de Negociação de Termo de Moeda para proteção da exposição cambial no montante de US\$34.662 (R\$165.278 valor convertido conforme contratos) com vencimento final em 30 de julho de 2025. A Companhia pretende contratar o saldo remanescente até dezembro de 2025.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2023 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$412 (AGL), R\$1.682 (ARE), R\$20.825 (CEM) e R\$9.268 (CEC);
- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.268 (CEC);

Exercício de 2024 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.794 (AGL), R\$1.682 (ARE), R\$20.825 (CEM) e R\$16.122 (CEC);

Companhia Energética Amazonense:

- Aquisição de imobilizado em aberto no saldo de fornecedor no valor de R\$ 12.075;
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos capitalizados no valor de R\$ 18.763;
- Capitalização da amortização do custo de captação sobre empréstimos no valor de R\$ 335; e
- Aumento de capital através de AFAC no valor de R\$ 10.092.